

SOCIEDADE CIVIL DE CÁCERES/MT NO MONITORAMENTO DA HIDROVIA PARAGUAI-PARANÁ (HPP) NO PANTANAL MATO-GROSSENSE

Society of Civil Cáceres/MT in Monitoring of Paraguai-Paraná Waterway (HPP) Pantanal in Mato-Grossense

Danúbia da Silva Leão¹

Pedro Paulo Fernandes El Hage¹

Aumeri Carlos Bampi²

Resumo: Este estudo tem como objetivo atualizar a discussão referente ao monitoramento da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP) no Pantanal Mato-Grossense. A problemática socioambiental do projeto de implantação da hidrovia levou os movimentos sociais a se manifestarem contra o projeto na região. Como método de investigação foram feitas análises a partir das entidades participantes iniciais do processo, membros de movimentos sociais na cidade de Cáceres, utilizando-se da técnica conhecida como “bola de neve”.

Palavras-chave: movimentos socioambientais, monitoramento, rio Paraguai, Hidrovia Paraguai-Paraná.

Abstract: This study aims to update the discussion regarding the monitoring of the Paraguay-Paraná Waterway (HPP in Portuguese) in Pantanal. The environmental problems of the project implementation led social movements to express themselves against the project in the region. The method of investigation is based on the action of the early institutions participating in the process, members of social movements in the city of Cáceres, known as using the "snowball" technique.

Key words: environmental movements, monitoring, Paraguay River, the Paraguay-Paraná Waterway.

Introdução

Segundo Medeiros (1999), o Pantanal Mato-Grossense está localizado na Bacia do Alto Paraguai (BAP), estando subdividido nas seguintes unidades: Pantanal de Cáceres, Pantanal de Poconé, Pantanal de Santo Antônio do Leverger, Pantanal de Barão de Melgaço, Pantanal do São Lourenço, no estado de Mato Grosso, Pantanal do

¹ Mestrandos de Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mails: danubialeao8@gmail.com e pedroelhage@hotmail.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais na Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: aumeribampi@gmail.com

Paraguai, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Pantanal do Taquari, Pantanal do Abobral/Negro, Pantanal do Aquidauana, Pantanal do Miranda, Pantanal do Nabileque e Pantanal de Porto Murtinho/Apa, no estado de Mato Grosso do Sul.

A Bacia do Alto Paraguai (BAP), segundo Ferreira (2013), onde se situa o Pantanal Mato-Grossense ocupa uma área de 393.600 Km² dividida entre Brasil, Bolívia e Paraguai e é parte integrante desta grande bacia hidrográfica. A parte brasileira ocupa uma área de 186.352 Km², localizada nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Segundo Migliácio (1998), a presença dos primeiros homens que adentraram o Pantanal Mato-Grossense, num passado distante, pode ser comprovada através de pesquisas na área da arqueologia, pois há presença de diversos sítios arqueológicos presentes na região, inclusive no Pantanal de Cáceres.

As terras pantaneiras, conforme Costa (1995) eram conhecidas pelos espanhóis desde o século XVI. Por força do Tratado de Tordesilhas (1494), pertencentes ao reino de Espanha, definiu-se que as áreas de domínios dos territórios descobertos por espanhóis e portugueses, como as terras do hemisfério ocidental pertenceriam ao reino de Espanha e as ao hemisfério oriental ao reino de Portugal.

Assim, a conquista do Pantanal pelo homem branco se inicia quando:

Penetrada pela primeira vez por Aleixo Garcia, depois por Caboto, a bacia do rio Paraguai vai ter sua paisagem, rios e habitantes descritos por aqueles que a partir de Pedro de Mendoza, na busca da Serra da Prata e do Rei Branco, avançam penetrando no país horizontal do Pantanal. Inicialmente é Juan de Ayolas que consegue chegar às fronteiras incaicas, e no retorno é assassinado por indígenas. Depois seguem Irala, Cabeza de Vaca, Hernando de Ribeira e novamente Irala que, finalmente em 1547, alcança por estes caminhos o Alto Peru, hoje Bolívia, submetido por Pizarro. São as aventuras destes conquistadores que, ao serem narradas, como em um desenho, passam a preencher com figuras aquela parte anterior do Novo Mundo (COSTA, 1997, p. 25).

A partir do final do século XVIII, tem-se o surgimento das fazendas onde são desenvolvidas as atividades de criação de gado e agricultura.

Basicamente teremos na região dois tipos de propriedade: a de maior porte, caracterizada pela complementação de atividades (criação, agricultura,

engenho, comércio) típicas da região pantaneira e a de pequeno porte, especializada na produção mercantil de abastecimento urbano, típica de Vila dos Guimarães (Chapada dos Guimarães). Em ambas, a mão-de-obra era predominantemente escrava-negra e escrava-índia, embora fosse também composta de por gente de fora. O exemplo mais completo da grande propriedade pantaneira foi, sem dúvida alguma, a fazenda Jacobina, fundada em 1771, em Cáceres (COSTA, 1997, p. 9).

Para Medeiros (1999), a história da ocupação urbana colonial da Vila Maria do Paraguai, atual cidade de Cáceres, tem suas origens no século XVIII quando em 1778, por ordem do Capitão General e Governador da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, instalou-se um “registro” às margens do rio Paraguai na estrada entre Cuiabá e Vila Bela da Santíssima Trindade, sede da Capitania de Mato Grosso, fundada em 1752. Tal situação ocasiona o primeiro momento de ocupação e transformação local.

Outra ocupação e transformação substancial ocorre, conforme afirma Fearnside (2010), a partir da construção das rodovias Cuiabá-Porto Velho (BR-364/174), Cuiabá-Santarém (BR-163), com recursos de programas como o POLONOROESTE, que possibilitou a entrada dos migrantes vindos do sul e sudeste. Os mesmos atuaram na abertura das terras. Com o desenvolvimento de grandes projetos e o consequente incentivo surgem enormes fazendas às margens destas rodovias. Implantam-se com atividades quase sempre degradantes à natureza que se iniciavam com exploração madeireira, posterior desflorestamento, e na sequência a criação de gado e monoculturas de soja, entre outras, além de um novo surto da atividade mineral a partir do início da década de 1980.

A Hidrovia Paraguai-Paraná, no Brasil, tem início de seu trecho em Cáceres, no Pantanal Mato-Grossense e a mesma busca ampliar a navegação no rio Paraguai. Nesse sentido, este trabalho busca entendê-la no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento do Pantanal e as possíveis consequências desta hidrovia ao ambiente. São analisadas as ações do Governo Federal e Estadual para a implementação da HPP, bem como as ações da sociedade civil no monitoramento da mesma.

Segundo Medeiros (1999), no final dos anos 80, o Estado brasileiro inicia ações no sentido de viabilizar a melhoria da navegação do rio Paraguai, como um grandioso empreendimento definido pelo Tratado da Bacia do Prata, firmado em 23 de abril de 1969, em Brasília. O objetivo é o desenvolvimento da hidrovia como sistema de transporte capaz de integrar as economias e os povos dos países da Bacia do Prata.

Para Zugaib (2006) os cinco países da Bacia do Prata: Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina manifestaram sua vontade de impulsionar o programa da Hidrovia Paraguai-Paraná, comprometendo a vontade dos governos para sua concretização através da “Declaração de La Paz”, em 6 de agosto de 1989, ratificada pelos ministros de Transporte e Obras Públicas, em Ata assinada em Santiago do Chile, em 1º de setembro de 1989, quando foi criado o Comitê Internacional da Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nueva Palmira), referendada pelos presidentes dos países membros na “Declaração de Montevideú”, em 1º de março de 1990.

A magnitude do empreendimento pode ser medida pelo montante de recursos e organismos envolvidos que, além dos países membros, contam com a participação de organismos internacionais, tais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), responsável pela assistência técnica preparatória; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), responsável pelo financiamento inicial dos estudos e interessado em financiar a etapa de obras do programa; o Fundo Financeiro para a Bacia do Prata (FONPLATA), responsável por cooperação técnica e financeira e também interessada em financiar etapas de obras; a Comissão das Comunidades Europeias (CEE) que, além da possibilidade de participação em outros itens, é responsável pelo financiamento dos Estudos de Impacto Ambiental; o Instituto para a Integração da América Latina (INTAL), encarregado da preparação de documentos sobre os aspectos legislativos e jurídicos constitucionais; e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) que prestará apoio no desenvolvimento dos aspectos vinculados à legislação de comércio e transporte.

A Hidrovia Paraná-Paraguai (HPP) é um projeto transnacional que visa criar um sistema de transporte capaz de integrar as economias dos cinco países da Bacia do

Prata (Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina), prevendo um trecho significativo do percurso das águas do Pantanal Mato-Grossense.

A HPP é constituída por dois trechos principais dos rios Paraguai e Paraná. No rio Paraguai, com extensão de 2.202 km, vai desde o porto de Cáceres até sua desembocadura no rio Paraná, no ponto denominado Confluência. No rio Paraná, com extensão de 1.240 km, vai desde a confluência até o rio da Prata. O porto de Nueva Palmira, em território uruguaio, também está incluído na Hidrovia, embora localizado na margem do rio Uruguai. Esta Hidrovia pretende proporcionar um corredor de transporte fluvial eficiente com navegação permanente, 24 horas por dia, durante todos os dias do ano, com abertura e utilização plena de portos em todo o percurso.

Conforme afirma estudo da Coalizão Rios Vivos (PONCE, 1995), caso a hidrovia seja implementada sem os cuidados necessários, sem que se leve em consideração a conservação do Pantanal Mato-Grossense, trará consequências altamente negativas para esses ecossistemas e certamente interferirá de maneira significativa sobre a vida das populações tradicionais pantaneiras.

Com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Comitê Intergovernamental da Hidrovia (CIH) contratou a realização de estudos oficiais quanto aos impactos ambientais à implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Estes estudos foram desenvolvidos por dois consórcios de empresas de engenharia, sendo um consórcio formado pelas empresas Hidroservice-Louis Berg-EIH (HLBE), responsável pelo projeto de engenharia e estudo de viabilidade econômica e pelo consórcio formado pelas empresas Taylor-Golder-Consular-Connal (TGCC).

Um dos pontos mais polêmicos do projeto é que ele prevê a dragagem do canal de navegação para seu aprofundamento ao longo dos 3.400 quilômetros do sistema fluvial, incluindo aí a retirada de afloramentos rochosos, retificação de curvas de rio e realização de outras obras de engenharia pesada para viabilizar o tráfego fluvial de cargas.

No trabalho denominado “Estudo de Viabilidade Econômica”, realizado pela Internave Engenharia (1990), contratada pela Portobrás, têm-se uma visão otimista do projeto, ocasionando grandes benefícios sociais para um futuro bem próximo.

Alargando-se as dimensões dos mercados nacionais, amplia-se o horizonte de desenvolvimento, surgem novas vantagens comparativas, pode-se investir mais e melhor em tecnologias e são possíveis empreendimentos de maior escala e de maiores níveis de produtividade e competitividade. A atividade produtiva deverá pressionar a demanda por uma infraestrutura econômica melhor e maior, seja recuperando e modernizando os sistemas existentes, seja expandindo-os, conforme estudo da Internave Engenharia (1990).

No entanto, se os estudos oficiais evidenciam uma visão positiva, por outro lado os riscos sociais, econômicos e ecológicos para os habitantes locais do trecho navegado pela HPP aparecem como uma das grandes preocupações dos trabalhos científicos produzidos de forma independente.

Esperam-se graves consequências negativas para as regiões situadas nas proximidades da hidrovia. Os pequenos agricultores que trabalham próximo ao rio e os pescadores devem ser os primeiros a serem atingidos. Com a modificação na condição das águas, suas técnicas tradicionais e equipamentos correm o risco de se tornarem obsoletos. É de se presumir que os trabalhos pesados nas margens e nas proximidades dos rios levarão à remoção de inúmeros moradores da região. Finalmente, se prevê um acirramento dos conflitos de terra e repressão aos pequenos agricultores como consequência da expansão da monocultura e grande porte, necessária para preencher a demanda do transporte (HEGEMANN, 1996, p. 50).

Hoje está paralisado o transporte hidroviário comercial de grãos a partir de Cáceres, mas até 2012, navegavam pelo rio Paraguai chatas transportando de 3 a 4 mil toneladas de grãos, com intensa poluição sonora, provocando ondas de até 2 metros de altura em todo seu trecho de navegação.

Organizações Não Governamentais (ONGs) locais, nacionais e internacionais têm desenvolvido trabalhos buscando monitorar o projeto de implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná. Sua articulação busca intervir diretamente nos órgãos de decisões do projeto, ligados aos governos envolvidos, bem como junto aos órgãos financiadores do empreendimento, através da parceria com ONGs internacionais.

Apesar dos trabalhos desenvolvidos por estas ONGs terem certa eficiência no tocante à influência nas instâncias de decisão do projeto e no órgão financiador, a articulação e incorporação das populações tradicionais do Pantanal nessas discussões têm sido muito tímidas. Apesar de esta preocupação estar incorporada nos itens levantados para discussão, elas não estão inseridas em nenhuma das atividades desenvolvidas pelas ONGs.

O acompanhamento das atividades da Hidrovia Paraguai-Paraná, por parte da sociedade civil em Mato Grosso, tem seu início quando o Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD) resolve incluir o acompanhamento deste megaprojeto dentro das atividades prioritárias desse coletivo. O relatório do Iº Seminário Interno do FORMAD, realizado em julho de 1993, no planejamento e definição das linhas de ação do fórum, no item dois, trata da organização do GT Hidrovia: Criado por decisão da assembleia do FORMAD; o seminário decidiu pela sua organização. Participam inicialmente as seguintes entidades: AME MATO GROSSO – Associação Mato-Grossense de Ecologia, ICV – Instituto Centro de Vida e ECOTRÓPICA – Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos. A ser convidada a AARPA – Associação dos Amigos do Rio Paraguai, de Cáceres.

O relatório do Iº Seminário Interno do Fórum Mato-Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado em julho de 1993, no planejamento e definição das linhas de ação do fórum, no item dois trata da organização do GT Hidrovia.

Na pauta e no Relatório da Assembleia Geral deste Fórum, realizada em dezembro deste ano, no tema GT Hidrovia, o documento afirma que surgido de uma proposta no Seminário de abril/93, o Grupo de Trabalho sobre Hidrovia aparece conjuntamente com o GT PRODEAGRO, como as duas grandes atividades do fórum. As entidades interessadas devem produzir materiais relativos aos trabalhos desenvolvidos, objetivando elaboração de estratégias comuns para uma melhor intervenção. No segundo semestre de 1994, este fórum organiza, na cidade de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, um seminário financiado pela WWF, gerando documento denominado “Carta de Chapada dos Guimarães”.

Em dezembro de 1994, o FORMAD, juntamente com o Fórum Permanente do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, realiza em São Paulo, no Parlamento Latino-Americano, o “Seminário Hidrovia Paraná-Paraguai: Impactos e Alternativas”, patrocinado por W. Alton Jones Foundation e C. S. Mutti Foundation. Contou também com a chancela científica da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), bem como com representantes de entidades ecologistas, movimentos sociais, outras universidades, povos indígenas e com participantes de países como USA, Canadá e Holanda. O documento elaborado pelas entidades participantes reproduz, em sua maior parte, as questões levantadas pela Carta de Chapada dos Guimarães.

Nesse seminário, as entidades participantes decidem criar uma articulação internacional para monitorar a Hidrovia Paraguai-Paraná, que logo em seguida passará a se denominar Coalizão Rios Vivo. Neste documento, explicitam esta criação e definem para ela uma coordenação.

No documento “Hidrovia Paraguai-Paraná/Estratégia de ação e Projetos a serem desenvolvidos pelas ONGs/Período 1995/1996” há uma retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos por ONGs sobre a HPP, até 1993, no qual se registrou que:

- Dentre as várias atividades desenvolvidas pelas ONGs, destacam-se: Criação dos Grupos de Trabalho da Hidrovia nos Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; [...] Realização de diversas reuniões e seminários, cujos principais: Seminário na UFMT, outubro de 1993; Workshop de Chapada dos Guimarães, setembro de 1994; Seminário de Corumbá, outubro de 1994, Workshop de Brasília, novembro de 1994. Encontro de cientistas e técnicos de diversas áreas de conhecimento do Brasil, Paraguai e USA, debateu os principais impactos ambientais e sociais previsíveis; Seminário Internacional em São Paulo, dezembro de 1994.

No planejamento das atividades para os anos de 1995 e 1996, as entidades que compõem a coordenação da articulação reconhecem o seminário de São Paulo como

espaço de definição das articulações que seguiram o acompanhamento do projeto HPP, bem como onde se deu a escolha de uma Coordenação Internacional para a articulação.

Dentre as estratégias de ação em relação à hidrovia objetivam-se, entre outras coisas, fortalecer, capacitar e melhorar articulação das ONGs da região, aumentando a consistência do debate ambiental, a qualidade das intervenções da sociedade local frente aos grandes problemas e aos projetos de “desenvolvimento” financiados pelos Bancos Multilaterais, como PRODEAGRO e PNMA. A ideia do fortalecimento da sociedade civil local para uma participação mais qualitativa permeia todas as discussões de articulação da Hidrovia Paraguai-Paraná em todos os seus momentos.

Verificamos, portanto, a existência de dois coletivos envolvidos nesse processo de implantação da Hidrovia Paraguai-Paraná: o primeiro composto por entidades representativas da sociedade civil organizada mato-grossense e o segundo formado pela Coalizão Rios Vivos.

No caso de primeiro coletivo, de membros mais diretamente ligados ao próprio estado de Mato Grosso, com a participação de trabalhadores rurais como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e de entidades ambientalistas como a Associação Mato-Grossense de Ecologia (AME MATO GROSSO), Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (ECOTRÓPICA), Instituto de Ecologia e Populações Tradicionais do Pantanal (ECOPANTANAL), Associação para Recuperação e Conservação Ambiental (ARCA), além de entidades indigenistas como o Centro Indígena Missionários (CIMI) e Operação Amazônia Nativa (OPAN), bem como da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade (CDHHT), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Popular de Saúde (MOPS), Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), além de diversas outras entidades membros do FORMAD.

Nesse planejamento, com base nas linhas de trabalho e de prioridades, desenharam-se três frentes para projetos, sendo: Coordenação Internacional, Monitoramento dos Estudos e Decisões Oficiais, Atividades Básicas da Campanha e

Projetos das Entidades, prevendo-se que “os projetos são relativos à organização dos cinco países interessados na hidrovía e pensados para serem elaborados, preferencialmente, através de atividades que se complementem, tornando sua execução uma forma adicional de integração entre as organizações envolvidas” (Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural, 1999).

Em nível local, há ainda uma participação em algumas poucas ações do ECOPANTANAL, de Cuiabá, que possui, no campo das ONGs, o corpo técnico mais qualificado no estado de Mato Grosso em questões relacionadas à ecologia e à conservação do Pantanal, incluindo aí estudos e trabalhos realizados com populações tradicionais.

No caso do segundo coletivo, denominado Coalizão Rios Vivos, o mesmo tem sua criação num seminário realizado em São Paulo.

As entidades ligadas à Coalizão Rios Vivos têm trabalhado com a ideia de que conseguiram paralisar a HPP, mas, na prática, a navegação nesta região tem-se ampliado e os pescadores profissionais têm convivido diariamente com a presença de grandes barcos para transporte de cargas que, segundo representantes destas, vêm rasgando barrancos, batumes e camalotes, os quais são de vital importância para a dinâmica dos ambientes fluviais, inclusive com informações de esmagamento de cardumes de peixes por esses grandes barcos.

Os trabalhos desenvolvidos pela Coalizão Rios Vivos, em alguns casos, são de excelente nível técnico, como o caso do painel de especialistas convocado em julho de 1997 pelo Environmental Defense Fund (EDF) e pela Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural (CEBRAC), apoiados por W. Alton Jones Foundation e Charles Stewart Mott Foundation, formado por Michael Clemens, da Johns Hopkins University, Baltimore, MD, USA; Thomas Dunne e John Melack, da University of California, Santa Barbara, CA, USA; Israel Klabin e Eneas Salati, da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, Brasil; Bartomeu Meliá, da Universidad Católica, Assunção, Paraguai; Juan Paggi, do Instituto Nacional de Limnología, Santa Fé, Argentina; Susana José de Paggi, da Universidad Nacional del

Litoral, Argentina; Theodoro Panayotou, do Harvard Institute for International Development, Cambridge, MA, USA; Henrique Rattner, da Universidade de São Paulo e Programa de Lideranças em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, São Paulo, Brasil; e Thayer Scudder, do California Institute of Technology, Pasadena, CA, USA.

Na introdução do Sumário Executivo, Impactos Hidrológicos e Ambientais do Projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná no Pantanal Mato-Grossense (1995), afirmam contundentemente que o projeto da HPP, além de provocar sérios impactos ambientais para o Pantanal, também não trará benefícios para as populações locais. No entanto, esse projeto pode provocar sérios impactos ambientais no Pantanal brasileiro e Chaco paraguaio, localizado nas fronteiras da Bolívia, Brasil e Paraguai. As populações indígenas e as de baixa renda que vivem na região pouco ou nada se beneficiarão desse projeto. Ponce (1995, p. 9) afirma:

- O relatório da Internave tem sido criticado pelas projeções otimistas dos benefícios (CEBRAC/ICV/WWF, 1994). O BID rejeitou formalmente o estudo da Internave e irá usar o estudo de viabilidade da Fase 2, atualmente em execução, para recalcular custos e benefícios. Todavia, as descrições físicas contidas no relatório da Internave, as quais incluem retificação de canal, dragagem, derrocamento de afloramentos rochosos e outras intervenções estruturais no rio, algumas das quais irreversíveis, permanecem como causa de preocupações significativas entre diversos segmentos das comunidades locais, nacionais e internacionais. Esses incluem organizações ambientalistas, ONGs, associações profissionais, universidades e instituições de pesquisa científica no Brasil, no continente Americano e no resto do mundo.

O Relatório da Reunião de Coordenação da Coalizão Rios Vivos, realizada em Colônia, no Uruguai, em maio de 1998, afirma que a coordenação concluiu pela necessidade imediata de ampliar e aprofundar a articulação interna das organizações membros de Rios Vivos, aumentando o número de organizações que participam das atividades cotidianas da Coalizão. Uma iniciativa considerada prioritária foi o

fortalecimento das articulações nacionais de Rios Vivos para desenvolver as estratégias.

Metodologia

O estudo foi realizado com participantes dos movimentos socioambientais da cidade de Cáceres que monitoram a Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP). Neste estudo, o monitoramento é definido a partir da maneira como as pessoas estão envolvidas na proteção do Rio Paraguai diante dos impactos ambientais causados pela HPP.

Foram entrevistadas 16 pessoas no período de março a maio de 2012, utilizando-se de roteiro aberto. Para identificá-las, foram analisados registros das entidades que atuaram nas manifestações iniciais contra o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, no contexto da cidade de Cáceres. Utilizou-se a técnica de pesquisa “bola de neve” também conhecida como *snowball sampling* de Survey.

Essa técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”) (BALDIN e MUNHOZ, 2011, p. 50).

Os dados coletados foram analisados, gerando elementos para o entendimento da pesquisa. Nos resultados do trabalho, as falas dos informantes foram utilizadas, mas apresentadas apenas as siglas de seus nomes.

Resultados e Discussões

- *A Participação da Sociedade Civil no Monitoramento da HPP no Pantanal de Cáceres*

Na análise do perfil dos entrevistados, pudemos perceber que a média de idade dos entrevistados é de 46,5 anos, com intervalos que variam entre 33 a 68 anos. O nível de escolaridade é de 75% com ensino superior ou pós-graduação completa e os outros 25% possuem entre ensino fundamental completo a superior incompleto. Dos 16

entrevistados, todos nasceram no estado de Mato Grosso, mas destes apenas 3 nasceram em Cáceres, manifestando uma adesão mais ampla à causa socioambiental.

Todos os entrevistados fazem parte de uma ou mais instituições/entidades. No total, foram citadas 50 entidades pelos participantes da pesquisa. A Sociedade Fé e Vida foi a entidade mais citada com 10 participantes do total de entrevistados, em seguida o Fórum de Lutas das Entidades de Cáceres (FLEC) e a UNEMAT com 4 participantes cada (Figura 1).

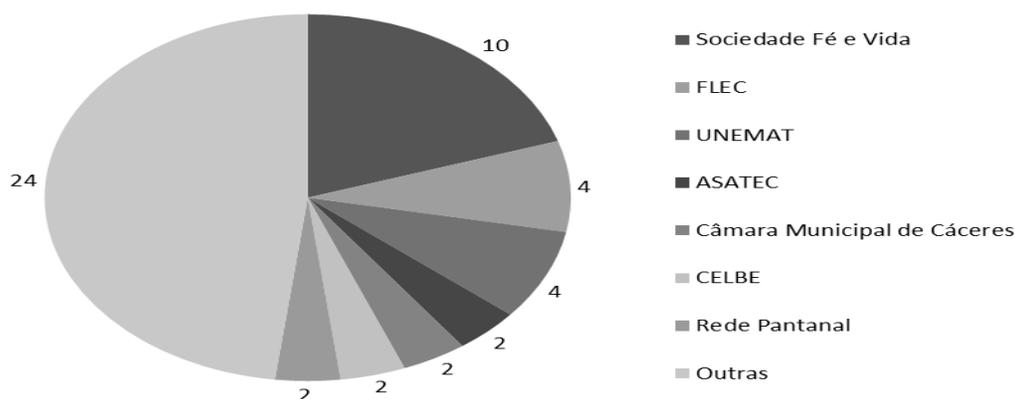


Figura 1: Instituições/Entidades que os entrevistados participam

Na abordagem sobre a participação dos movimentos socioambientais no processo de instalação da HPP, foram relatados momentos históricos. “Começou em 1990, a partir do primeiro projeto para aprofundar as curvas do rio, eu era estudante da UNEMAT (quando vi o vídeo com o tema da hidrovia), quando formada comecei a trabalhar na questão ambiental e iniciei contatos com o Padre Salomão, Vereador Alonso Batista (Partido dos Trabalhadores) e outras pessoas ligadas à região de Cáceres. Em 2000, veio a proposta para instalação do Porto de Morrinhos” (S.K.I.C.).

“Havia o tráfego antes do ano de 2000. Entre 97 e 98, a proposta da hidrovia era uma intervenção local, esse projeto foi modificado devido às manifestações. Em 2000,

começam a falar que não haveria tanta intervenção como no primeiro projeto da HPP” (A.B.S.).

O projeto inicial da HPP apresentava propostas que mudariam a geomorfologia do Rio Paraguai e, conseqüentemente, a paisagem do Pantanal (PONCE, 1995). Este projeto inicial deu origem à manifestação ocorrida no dia 14 de novembro do ano 2000, cujo interesse era embargar a aprovação da instalação da HPP em Cáceres no Porto de Morrinhos (SILVA, 2002). “Quando surgiu o projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná, onde o modelo de desenvolvimento usa o rio de forma agressiva, os movimentos sociais entraram na luta em defesa do rio” (N.A.O).

Diversas instituições governamentais, não governamentais, particulares e população tradicional envolveram-se nessa “luta em defesa do rio” (ver figura 2). Conforme relatou um entrevistado, “[...] organizamo-nos e conseguimos o apoio da imprensa, políticos, sociedade organizada, e embargaram a utilização do rio como meio de transporte, não atingindo o objetivo inicial que era pôr fim a toda navegação” (H.A.F.). Silva (2002) faz uma abordagem histórica do papel dos meios de comunicação como instrumento formador de opinião. A autora ressalta que a repercussão do movimento do dia 14 de novembro de 2000 se deu pelos manifestos da sociedade civil organizada em repúdio ao projeto da HPP que acarretaria prejuízos para o Pantanal.

Desde o momento da manifestação, os movimentos continuam o processo de monitoramento da HPP, “ela é monitorada todos os dias quando a gente provoca ações para cuidar do Ambiente, a gente tenta movimentar a sociedade do município juntamente com a justiça. São ações que, sempre quando alguém sabe, um liga para o outro e assim comunica os outros” (N.E.L.). Há um claro posicionamento que inclui uma atualização das informações através de uma rede de entidades e operacionalizada por seus membros.

As entidades e organizações citadas pelos entrevistados são as seguintes: FLEC (12); UNEMAT (7); FASE (6); Instituto Gaia, Movimento dos Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cáceres (STTR) (5); ASATEC, Direitos Humanos, Grupo Raízes, Paróquia Cristo Trabalhador, Sociedade Fé e Vida

(4); FORMAD, Grupo Bases, Movimento Meninos e Meninas de Rua, Rede Pantanal, Secretaria de Estado de meio Ambiente (SEMA) (2); APECUCA, Centro de Pesquisa de Limnologia (CELBE), Biodiversidade e Etnobiologia do Pantanal, CEPLAN, COMDEMA, Comitê Popular de Bacia do Rio Paraguai, COMTUR, Comunidades Tradicionais, EcoPantanal, Entidades de outros estados, Escola Estadual Onze de Março, Escola Gabriel Pinto de Arruda, Fórum Agenda 21, IBAMA, Igreja, Marinha, ONGs, Paróquia Santíssima Trindade, Polícia Ambiental, Prefeitura, Rede de Comunidades Rurais Pantaneiras, Representantes de outros municípios como Porto Estrela, Diamantino e Porto Esperidião, Rios Vivos, ROTARY, SEMATUR, Sindicatos, UFMT (1).

A Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) foi a instituição mais indicada pelos entrevistados, com 7 indicações, estando presente desde o início do processo de monitoramento da HPP.

- *Conquistas e Derrotas Oriundas das Ações de Monitoramento da HPP*

De um modo geral, os entrevistados consideraram o impedimento provisório do primeiro projeto de implantação da HPP como conquista diante das ações promovidas pelos movimentos sociais de Cáceres. “O fato de ter barrado a construção do porto foi uma conquista. Segundo a construção de movimentos, a soma a partir do movimento com a academia, a organização do festival das águas” (S.K.I.C.).

“A primeira foi conseguir embargar na justiça a implantação da hidrovia, provando que o transporte, além de prejudicar o ambiente, mostrou também que não é tão rentável economicamente o transporte pelo rio. A articulação do Comitê Popular de Bacia, que une os municípios que têm uma maior importância a nível regional e nacional integrando municípios e países que fazem parte do pantanal” (A.B.S.).

Além de conseguirem barrar a instalação do Porto de Morrinhos e a HPP, o fato de terem conseguido mobilizar outras pessoas e a união dos movimentos socioambientais também foi considerado como conquista pelos entrevistados.

“Também, a diminuição dos tamanhos das barcaças (ou chatas) e também a amenização de ações do projeto original” (I.S.).

“A partir de um abaixo-assinado há 10 anos, o Ministério Público em Cuiabá conseguiu impedir a implantação da hidrovia no Rio Paraguai, a partir desse movimento social que se mobilizou pegando assinaturas, fazendo a celebração do dia 14 de novembro, passando-se a comemorar o dia do Rio Paraguai” (P.O.S.).

O fato de ainda existirem articulações político-econômicas para a “ampliação” do uso da hidrovia em Cáceres, assim como a construção da estrada que liga a cidade ao Porto de Morrinhos, é considerado como derrota diante das ações dos envolvidos em movimentos sociais.

“É perda quando politicamente as empresas com seu interesse querem interferir na vida local. A aprovação de portos, interesses políticos e pessoais” (S.K.I.C.).

“Existe um pensamento neoliberal pregado pelo capitalismo e que diz que as coisas devem ser de um jeito, não respeitam a natureza e na leitura deles o Pantanal é dos fazendeiros, e não veem o ser humano como parte da natureza” (N.A.O.).

- *As ações de monitoramento atualmente*

Os informantes descreveram que os movimentos ainda estão atuantes diante das questões que envolvem a HPP, assim como outras questões que envolvam o Rio Paraguai e o Pantanal Mato-Grossense, que são articuladas pelo governo estadual de Mato Grosso, o governo federal e o setor empresarial.

“As ações ocorrem o tempo todo levantando as situações que podem atrapalhar a população local e é feito um manifesto a partir de alguma situação” (S.K.I.C.).

“A luta não parou na cidade. Tem os que desistiram, mas outros que entraram” (N.A.O.).

“Atualmente há uma vertente que está sendo feita, que é a Lei do Pantanal. Os movimentos estão lutando para que esta lei não entre em vigor” (L.W.S.).

“Recentemente, dia 15 de março, houve um movimento a Cuiabá. O grupo de ambientalistas e os movimentos sociais ainda estão trabalhando” (P.O.S).

No dia 15 de março de 2012, houve uma manifestação em que os movimentos sociais se reuniram na Câmara Municipal de Cáceres, dirigindo-se em seguida ao Ministério Público em Cuiabá para entregarem ao procurador do estado de Mato Grosso uma carta pedindo que a população de Cáceres seja incluída nas decisões antes de implementarem leis e ações que também são de interesse da população local. Na concepção dos entrevistados:

Dirigimos-nos também às autoridades, especialmente ao Senado Federal, a fim de Manifestar que queremos respeito sobre nossa opinião em relação ao Pantanal. Não queremos que, mais uma vez, interesses de mercado orientem a gestão sobre o bioma pantaneiro, se não puder ajudar, ao menos não atrapalhe com leis que, sob o preceito de “proteger”, coloquem em risco nosso bioma. Queremos contribuir na Elaboração do Projeto, não apenas discutir uma proposta, que sequer sabemos quais critérios foram utilizados para apresentação das diretrizes (Comitê em defesa do Pantanal por inteiro, 2012).

“Sempre que tem alguma notícia, o pessoal se organiza pra manifestação, essa mobilização ocorre muito rápido” (J.R.C.).

“A própria Lei do Pantanal que está em discussão, dizendo que não queremos a hidrovia conforme um espaço, colocamos estas discussões para reflexão” (C.R.S.P.).

“A gente sempre tem as atividades do dia do Rio Paraguai, tudo que se fala é sobre preservar o rio, é feito durante um mês de exposições, debates, encontros” (N.E.L).

“Enviaram um projeto que deve iniciar em setembro de 2012, e a partir do Comitê, trabalhar 3 meses com seminários, com propostas e fazer o Comitê funcionar para discutir as questões relacionadas ao meio ambiente” (V.A.S.).

Neste contexto observa-se na fala dos entrevistados que os movimentos sociais estão atuantes e atualizados quanto às questões que envolvem a HPP entre outros problemas que interessam à população local.

Sobre o setor empresarial e governamental comentaram:

“É divulgado o tempo todo que vai implementar a HPP” (S.K.I.C.).

“Não há desistência. Houve readequações dos projetos. Estão fazendo projetos paralelos (rodovias) pensando na HPP” (N.A.O.).

“Não sei. Vez em quando, ouço na mídia a possibilidade de construção da hidrovia, da estrada de morrinhos” (A.M.L.).

“O governo articula inclusive o asfaltamento da estrada que vai até Morrinhos e que liga à BR” (A.L.A.). “Sabe-se que a qualquer momento pode começar a construção da hidrovia, e é uma situação frágil” (V.A.S.).

A maioria demonstrou estar atualizada quanto ao interesse empresarial e às ações do governo, enquanto outros ainda não souberam responder ao certo como estão as articulações desses setores.

Todos os informantes dos movimentos socioambientais consideram o monitoramento da HPP como uma das prioridades de sua pauta de lutas.

“O monitoramento é que faz com que esse tema não seja esquecido. Para que os grupos que querem implantar não avancem neste processo” (A.B.S.).

“Se implementar a hidrovia, o prejuízo ambiental será muito grande, se implementar o projeto original” (L.W.S.).

“A gente percebe que o bioma Pantanal é muito frágil, eles não estão preocupados se o Pantanal vai existir hoje ou não, e assim o desenvolvimento pode provocar muitos danos” (N.E.L.).

“Não há descanso enquanto houver a possibilidade de essa hidrovia acontecer. Enquanto a mesma não for retirada da pauta dos governos federal e estadual, o movimento não descansa” (V.A.S.).

Nota-se assim um claro posicionamento do conjunto das entidades; ainda que seja passível de pontos de divergência, o discurso está estabelecido e expresso. Manifesta-se uma influência sociopolítica qualitativa capaz de ampliar-se quantitativamente na cidade e região. Nota-se também que há latência de debates e

que o enfrentamento de posições virá à tona quando da explanação de projetos em fase de estudo para o prosseguimento dos planos da hidrovía pelos governos estadual e federal e pelo setor empresarial.

Considerações finais

A presente pesquisa constatou que, passados mais de 10 anos da mais organizada e intensa manifestação em favor do Pantanal Mato-Grossense e contrários à HPP, os movimentos sociais pesquisados através de seus representantes continuam atuantes e estão atualizados a respeito dos novos projetos dos governos estadual e federal. O Dia do Rio Paraguai é um marco em defesa do Pantanal, nasceu do desejo da sociedade e é celebrado anualmente no dia 14 de novembro, tendo iniciado no ano 2000.

As pessoas entrevistadas, em sua maioria, são pessoas que militaram nos primeiros momentos das manifestações em defesa do Rio Paraguai e, em particular, se posicionaram contra a implantação da primeira versão do projeto da HPP no Pantanal Mato-Grossense da região de Cáceres. Desses dezesseis manifestantes, apesar de nove dos entrevistados não serem originários da cidade, os mesmos construíram envolvimento com a causa em defesa das questões socioambientais do Pantanal.

Por fim, o estudo demonstrou que, se há um latente interesse econômico ainda em vigor interessado no funcionamento da hidrovía, por outro lado, os movimentos sociais ainda estão ativos e relativamente informados sobre as mais diversas problemáticas que envolvem a HPP e demais assuntos sobre o ecossistema pantaneiro. Evidenciou-se um processo de governança participativa que utiliza dos espaços sociopolíticos e influencia qualitativamente a conservação da bacia do Rio Paraguai.

Referências

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Educação Ambiental Comunitária: Uma Experiência Com A Técnica De Pesquisa *Snowball* (Bola De Neve). *Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.*, v. 27, jul./ dez. 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *PCBAP – Plano de Conservação da Bacia do Alto Paraguai. Projeto Pantanal. Programa Nacional do Meio Ambiente/PNMA*. Brasília: MMA, 1997. V. I e II. T. I a VII.

COSTA, M. F. G. *Notícias de Xarayes Pantanal entre os séculos XVI a XVIII*. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. *História da ocupação da Bacia do Alto Paraguai*. Cuiabá: Série Diagnóstico, NERU/UFMT – Tübingen/Centro de Pesquisa sobre a América Latina, n. 3, 1995.

COMITÊ DO MOVIMENTO EM DEFESA DO PANTANAL POR INTEIRO. *Manifesto em Defesa do Pantanal: Pantanal por inteiro e não pela metade!* Cáceres, fev., 2012.

DA SILVA, C. J. *Participação da sociedade civil organizada na discussão de implantação do Porto de Morrinhos no Projeto Hidrovia Paraná-Paraguai: papel da imprensa*. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres.

FERREIRA, A. B de B. Pantanal Mato-Grossense: considerações sobre a proteção constitucional para um desenvolvimento econômico sustentável. *Interações*, Campo Grande [online], v. 14, n. 1, p. 11-20, 2013.

FEARNSIDE, P. M. Consequências do desmatamento da Amazônia. *Scientific American Brasil*, Especial Biodiversidade, p. 54-59, 2010.

HEGEMANN, H. *Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras*. Rio de Janeiro: FASE e ISA, 1996.

INTERNAVE Engenharia. *Hidrovia Paraguai-Paraná – Estudo de Viabilidade Econômica, Relatório Final*. Argentina-Bolívia-Brasil-Paraguai-Uruguai, São Paulo, fev. 1990.

MEDEIROS, H. Q. *Impactos das Políticas Públicas sobre os Pescadores Profissionais do Pantanal de Cáceres – Mato Grosso*. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade São Paulo, São Paulo.

MIGLIACIO, M. C. *A ocupação pré-colonial do pantanal de Cáceres, Mato Grosso*. 1998. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

PONCE, V. M. *Impacto Hidrológico e Ambiental da Hidrovia Paraná-Paraguai no Pantanal Mato-Grossense*. San Diego, Califórnia, 1995.

ZUGAIB, E. A hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sul-americana do Brasil. Brasília: Funag, 2006.